

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.652 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2003

Indicadores ruins

Os afro-descendentes representam 45,3% da população brasileira. Nas regiões Norte e Nordeste eles são mais de 65% dos habitantes. Apesar dessa presença, indicadores sociais dos negros, como desemprego e remuneração, costumam ser piores que os dos brancos, como pode ser visto abaixo:

Indicador	Negros	Branco
Desemprego	10,7%	8,3%
* Quantidade de pobres e indigentes	46,8%	22,4%
* Taxa de analfabetismo	18,2%	7,7%
Anos de estudo da população adulta	4,7 anos	6,9 anos
Remuneração média	R\$ 331	R\$ 696

* Em relação à população total
Fonte: Ipea, baseado em dados do IBGE

Partidos podem ter que reservar cotas para negros

PÁGINA 3



Serys Shessarenko apresentou projeto de resolução criando, no Senado, a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero

Serys propõe comissão de direitos humanos

PÁGINA 2

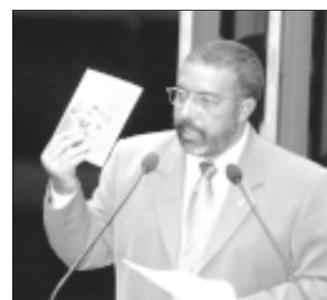
Paim defende a votação urgente do Estatuto do Idoso

Pressa se justifica pela crescente violência de que estão sendo vítimas os indivíduos da terceira idade, ressalta o parlamentar

O senador Paulo Paim solicitou ontem a aprovação urgente do Estatuto do Idoso. De autoria de Paim, o projeto já tramitou pelas comissões da Câmara e em breve deve ser submetido à deliberação dos deputados. Para o senador, essa legislação terá a mesma importância que o Estatuto da Crian-

ça e do Adolescente teve na consolidação dos direitos dos menores.

Entre os benefícios que o estatuto poderá garantir estão o pagamento de um salário mínimo ao idoso carente, a gratuidade nos transportes públicos e a proibição de cobrança diferenciada nos planos de saúde.



Fotos: Roosevelt Fimheiro

Paim cumprimentou CNBB por escolher idoso como tema da Campanha da Fraternidade

PÁGINA 3

Mesquita quer aumento de 14% para os servidores

Geraldo Mesquita Júnior fez ontem proposta ao presidente Lula: conceder aumento de 14% aos servidores, incorporando 4% aos salários e criando com 10% fundo para financiar habitação popular.

PÁGINA 4



Pedro Simon diz que governo brasileiro está disposto a dialogar, mas não abdica de valores em defesa da Humanidade

Simon elogia posição de Lula em favor da paz

PÁGINA 4

Serys propõe ao Senado que crie Comissão de Direitos Humanos

Novo colegiado teria incumbência de emitir parecer sobre projetos de lei relacionados a temas como proteção da família, infância, juventude e idosos, além de integração dos deficientes

Entidade lança manifesto contra biopirataria

Manifesto elaborado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) contra a pirataria praticada sobre recursos biológicos e conhecimentos tradicionais da região foi lido, no Plenário, pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

O texto, intitulado "Campanha contra a biopirataria", resultou de encontro realizado no dia 26 de fevereiro, em Brasília, do qual saiu a idéia de se criar um grupo técnico para organizar uma campanha contra a biopirataria.

Esse grupo pretende ampliar a campanha iniciada pela organização acreana *Amazonlink.org*, que constatou a impossibilidade de comercializar produtos do cupuçu usando esse nome, de origem indígena e de domínio das comunidades amazônicas, por ele ter sido registrado como marca pela multinacional japonesa Asahi Foods na Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

De acordo com o texto lido pela senadora, o momento é propício para as organizações amazônicas reunirem todos os movimentos que estão lutando contra a biopirataria e exigir do Brasil o enfrentamento das contradições existentes entre a Convenção da Diversidade Biológica, firmada no Rio de Janeiro, em 1992, e as normas sobre patentes da Organização Mundial de Comércio, aprovadas poucos anos depois.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comunicou ao Plenário que apresentou projeto de resolução instituindo no Senado, em caráter permanente, a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero. Ela anunciou também um outro projeto de sua autoria, determinando que 30% dos cargos da Mesa da Casa sejam disputados por mulheres.

A comissão que pretende criar deverá opinar sobre matérias relativas à garantia e promoção dos direitos humanos, aos direitos da mulher, à proteção da família, às normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência e de proteção à infância, à juventude e aos



Serys Slhessarenko também sugere que 30% dos cargos da Mesa do Senado se destinem a senadoras

Roosevelt Pinheiro

políticas públicas para todos esses segmentos da sociedade e também para estrangeiros e minorias étnicas.

Serys argumenta que a emergência das questões concernentes aos temas de que tratará a comissão proposta assumiu tal relevância e magnitude no Brasil que se impõe ao Senado estruturar-se para oferecer resposta adequada às demandas formuladas pela sociedade.

A senadora também registrou que o Dia Internacional da Mulher, que transcorre em 8 de março, será comemorado pelo Congresso Nacional em sessão solene no próximo dia 12, às 11h, no Plenário do Senado.

idosos. Competiria também à comissão, de acordo com o projeto, exercer fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das

Sarney arquiva comunicado do conselho

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem ter mandado arquivar o comunicado em que o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), relata pedido feito por senadores do PT para que fossem ouvidos dois jornalistas da revista *IstoÉ* sobre a escuta de telefones na Bahia.

— Ele não me pediu qualquer providência e eu apenas tomei ciência e determinei o arquivamento do expediente — disse Sarney.

Na semana passada, três senadores do PT encaminharam ofício ao presidente do conselho para que ouvisse depoimentos dos jornalistas da revista, os quais



José Sarney: competência para julgar senador por crime comum é do STF

Gerardo Magela

teriam provas de envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio dos grêmios telefônicos. Assim que recebeu a solicitação, Juvêncio observou que o ofício não era o instrumento adequado para se pedir uma investigação por parte do colegiado. Os jornalistas

só poderiam ser ouvidos se o partido entrasse com representação ou requerimento junto ao conselho, o que não foi feito.

Juvêncio tem justificado sua cautela em relação ao caso afirmando que só pretende tomar alguma providência se a Polícia Federal, responsável pelo inquérito sobre o grampo, concluir por alguma acusação contra o senador.

Sarney reafirmou seu entendimento de que só o Supremo Tribunal Federal tem competência para julgar senadores envolvidos em crimes comuns. Lembrou ter adotado o mesmo procedimento em 1995, quando também presidia o Senado, ao receber ofício do PSDB para investigar o então senador Ernandes Amorim.

Questionado por jornalistas se o Legislativo não se desgasta com a decisão do presidente do conselho, Sarney sustentou que "o Congresso não tem sido complacente com nada". Lembrou inclusive que, nos últimos anos, os congressistas cassaram "um presidente da República, vários deputados e senadores".

— Ninguém pode cobrar isso do Congresso. A nação não cobra uma posição dessa do Congresso. De outros setores poderá cobrar, mas não do Congresso — afirmou.

Senadora cobra recuperação de rodovias de MT

A produção agrícola de Mato Grosso "cresce de forma vertiginosa, enquanto suas estradas se danificam na mesma velocidade", afirmou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao cobrar providências para que sejam feitos, com urgência, reparos nas rodovias do estado, para escoamento da atual safra.

Ela destacou que seu estado é hoje o maior produtor de soja e possui o maior rebanho bovino do mundo, além de estar próximo de ser líder na produção de algodão.

— Ontem nós passamos o dia na BR-070, enfrentando intensa chuva. Um trecho de mais de 100 quilômetros está absolutamente intransponível, em estado de emergência absoluta — relatou.

Serys informou que as BRs-163, 158 e 364 também precisam de reparos urgentes. A senadora destacou que essas três rodovias, juntamente com a BR-070, apresentam 11 pontos de estrangulamento que inviabilizam o transporte da produção.

Ela disse já ter conversado sobre o assunto com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e que vai procurá-lo novamente ainda nesta semana. Na última terça-feira, Serys discutiu o problema durante reunião com prefeitos do estado.

— A safra não espera. Não podemos permitir que os produtores, depois de tanto trabalho, na hora de retirar a safra, passem por isso.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2003

PLENÁRIO
10h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PLENÁRIO
Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Paim pede aprovação de estatuto para garantir direitos dos idosos

Projeto que tramita na Câmara terá, na opinião do senador, o mesmo papel que o Estatuto da Criança e do Adolescente representou para a consolidação dos direitos dos menores

O senador Paulo Paim (PT-RS) solicitou ontem que os parlamentares aprovem, com urgência, o Estatuto do Idoso. O projeto, de sua autoria, já tramitou pelas comissões da Câmara dos Deputados e em breve deve ser submetido à deliberação dos deputados. A legislação terá a mesma importância na proteção do idoso que o Estatuto da Criança e do Adolescente teve na consolidação dos direitos desses menores, previu o senador.

Segundo Paim, como o atual governo tem na defesa dos direitos dos idosos uma de suas mais importantes bandeiras, ele irá jogar sua força e prestígio nessa aprovação. Conforme o senador, a urgência se justifica pela crescente violência de que o idoso está sendo vítima. "Nos hospitais públicos, 32% dos idosos atendidos foram vítimas de agressão praticada dentro de sua própria casa, pela família", revelou.

Paulo Paim citou estatísticas das entidades que atendem à terceira

idade mostrando que, somente no ano passado, 15 mil brasileiros com mais de 60 anos foram registrados como vítimas de torturas, espancamentos, abusos sexuais e até indução ao suicídio. Ele argumentou que esse número é apenas uma fração da realidade, porque o idoso muitas vezes guarda segredo da violência, com medo de ser mandado para um asilo.

O senador cumprimentou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por ter escolhido o idoso como tema de sua Campanha da Fraternidade de 2003. Para ele, a sociedade brasileira precisa se conscientizar da marginalização que o idoso vem sofrendo, e os jovens devem meditar sobre o fato de que serão idosos amanhã.

SALÁRIO

Entre os direitos que o estatuto pode vir a garantir estão o pagamento de um salário mínimo ao idoso que não tenha meios de prover sua subsistência, a gratui-



Roosevelt Pinheiro

Paim: urgência se justifica pela crescente violência de que o idoso está sendo vítima

dade nos transportes públicos e a vedação de cobrança diferenciada nos planos de saúde, em razão da idade. O estatuto tipifica os crimes e define penas para os que desrespeitarem o idoso, disse Paim.

Conforme o projeto, a política de atendimento ao idoso – saúde, alimentação, cultura, esporte, lazer, direito ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade – será feita de maneira integrada por um conjunto de ações governamentais e não-

governamentais, da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Paim afirmou que, entre 1991 e 2000, o contingente de pessoas com mais de 60 anos subiu de 10,7 para 14,5 milhões, um aumento de 35,5% em uma década. Nos próximos 20 anos, os idosos brasileiros serão 30 milhões, representando 13% da população. A sociedade, o Congresso e o governo precisam se preparar para atendê-los com dignidade e respeito, concluiu.

Projeto incentiva candidatura de negro

A aprovação de projeto que torna obrigatória a reserva para negros de 30% do número de candidatos de cada partido político às eleições foi defendida em plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O projeto é de autoria do senador, que o chamou de Estatuto da Igualdade Racial e Social, e foi inspirado em texto semelhante que já virou lei e garante cota de 30% das vagas de cada partido às mulheres.

Paim disse ser defensor das cotas e ações afirmativas para negros e acrescentou ter apresentado vários projetos nesse sentido. Lembrou ainda que o presidente do Senado, José Sarney, tem um projeto de cotas para negros, já aprovado pela Casa e atualmente tramitando apensado a um de sua própria autoria na Câmara dos Deputados.

A política de cotas, relatou Paim, já foi adotada em outros países, como Estados Unidos, Índia e Malásia. Em todos eles, afirmou, obteve bons resultados. Para Paim, quem é contra a política de cotas não sustenta um debate. Ele exemplificou a necessidade das

cotas com um dado: na Bahia, onde 90% da população é negra ou descendente de negros, nenhum afro-descendente foi aprovado em recente concurso para juiz.

Na opinião do senador, apenas investir no ensino fundamental não resolveria o problema. "Esse é um discurso que se faz há 500 anos", observou. Paim salientou que o projeto de cotas é constitucional, porque não discrimina ninguém, uma vez que a discriminação é proibida pela Constituição, mas destina-se a combater as desigualdades.

Emocionado, Paim recordou um episódio de sua infância. Aos dez anos de idade, relatou, ele ouviu de um professor, durante discussão em sala de aula, que jamais passaria de um "arrancador de paralelepípedos", por ser negro, etnia que o professor considerava "inferior".

— Professor Carlinhos, hoje eu estou aqui. Isso mostra que não é verdade que o negro nasceu somente para arrancar paralelepípedos. Quero, de público, perdô-lo por aquele gesto que eu jamais

esqueci. Sei que podemos construir um país diferente, em que todos seremos iguais — garantiu Paim, chorando.

Em aparte, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou que se deveria pensar em uma forma de estabelecer nos partidos ações que garantissem participação mais efetiva da sociedade na vida política.

Também em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a história política de Paim e o parabenizou por estar ocupando a vice-presidência do Senado. Paim, em resposta, contou ter sido autorizado por Lula a convidar Simon para ser líder do governo no Congresso Nacional. Sobre o sistema de cotas, Simon disse que o Brasil é um dos países do mundo onde há mais injustiças sociais, e o que foi feito para diminuir as diferenças é bom.

CARNAVAL

Paim aproveitou para agradecer à escola de samba Caprichosos de Pilares por tê-lo convidado para participar do desfile de carnaval, tendo Zumbi dos Palmares como homenageado.

Serys destaca luta das mulheres contra discriminação

Ao comunicar ter participado de um encontro de 400 mulheres trabalhadoras rurais em Mato Grosso, numa referência ao Dia Internacional da Mulher, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que falta muito, mas o sexo feminino ainda alcançará a igualdade de gênero em todos os parlamentos e em todos os poderes constituídos.

Serys disse que os 365 dias do ano são dias de luta, organização e mobilização das mulheres contra a discriminação, a violência e todos os atos de opressão que, "através dos tempos, por uma questão até de cultura, a mulher vem sofrendo".

O presidente do Senado, José Sarney, aproveitou o discurso de Serys para informar que já foi constituído, mediante indicação das lideranças partidárias, o Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

RS pode ter fundo para desenvolver a agropecuária

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu atenção dos parlamentares a projeto de sua autoria que cria o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária do Rio Grande do Sul (Fundap-RS). O texto propõe destinar ao fundo 3% dos repasses do Fundo de Participação dos Estados destinados ao Rio Grande do Sul, excluindo-se as cotas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Paim destacou que o projeto está de acordo com uma das metas do novo governo, o combate à fome, além de ajudar a criar empregos no campo. Lembrou ainda que a agricultura ajuda a sustentar a balança comercial, contribuindo para diminuir as dificuldades que o Brasil enfrenta nas contas externas.

Senadora presta homenagem póstuma a jornalista

O jornalismo de Mato Grosso perdeu uma de suas figuras polêmicas e, ao mesmo tempo, mais conhecidas, queridas e respeitadas, afirmou em Plenário a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ao prestar homenagem ao jornalista e escritor Antonio de Pádua e Silva, que morreu no último dia 15.

Serys registrou que Antonio de Pádua militou na imprensa mato-grossense por mais de 20 anos e que seu estilo irreverente "sempre incomodou os poderosos de plantão, porque Pádua sempre batalhou pela mais completa liberdade de opinião e manifestação".

— Tenho certeza de que ele continuará vivo pela produção literária de qualidade, perspicácia e sabedoria ao tratar de temas políticos, sede da informação quente e brava resistência contra a mesmice e a mediocridade — concluiu.

População idosa está aumentando

Segundo números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) este ano, a população brasileira com mais de 60 anos de idade já soma 14,5 milhões de pessoas. Esse número representa 8,7% da população do país. Nos países do Primeiro Mundo, a população de idosos equivale a cerca de 15%.

Estimativas também apontam para um aumento significativo de idosos nos próximos anos, chegando a dobrar o número, no ano de 2020, para em torno de 27 milhões. Isso ocorrerá devido à queda nas taxas de fecundidade e de mortalidade observadas na população brasileira. A expectativa de vida média atual do brasileiro é de 67 anos e 8 meses, sendo maior para as mulheres (71 anos e 7 meses), quando comparada com os homens (64 anos e 1 mês).

Fonte: IBGE

Simon elogia coragem de Lula em defesa da paz

Senador acredita na força positiva da Humanidade para barrar conflito, apesar do insistente intuito bélico dos Estados Unidos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem um apelo contra a guerra do Iraque e elogiou a “posição corajosa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, que se tem manifestado pela paz. Para Simon, o governo brasileiro se preocupa com seus interesses em relação aos Estados Unidos e está disposto a dialogar, mas mantendo posição ativa e sem abdicar de valores em defesa da Humanidade.

O senador ressaltou que o papa convocou todas as populações do mundo a se reunirem em oração a favor da paz e destacou que há muito tempo não ocorriam manifestações tão massivas contra a guerra, inclusive nos próprios Estados Unidos. Diante disso, Simon afirmou estar impressionado com a atitude norte-americana de manter seu intuito bélico, mesmo com todo o mundo se manifestando contra.

— É debochar da Humanidade os Estados Unidos afirmarem que vão invadir o Iraque, independentemente de moção ou não da ONU autorizando a guerra — frisou.

Na opinião do parlamentar, a prepotência com que os Estados Unidos têm tratado os outros países faz com que muitos tenham



Pedro Simon também defendeu que a sociedade dê um voto de confiança ao novo governo

saúde do tempo da Guerra Fria, quando o equilíbrio mundial era determinado pelo confronto entre russos e norte-americanos. Apesar disso, Simon afirmou que prefere acreditar na força positiva da Humanidade para barrar a guerra.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que também acredita que as manifestações dos povos e dos parlamentos podem impedir o conflito.

PROJETO NACIONAL

Em pronunciamento anterior, Simon defendeu a união do país em torno de um projeto nacional. Ele advertiu que o governo do presidente Lula não terá como atender a todas as expectativas

que se formaram em torno de seus compromissos de campanha, principalmente as de quem considera ser possível acabar com a fome e com o desemprego no país em quatro anos.

— Não é hora de cobrar, mas de nos unirmos em torno de um projeto chamado Brasil. Lula não vai fazer milagre, por melhor que seja o seu governo — afirmou Simon, após lembrar que os 100 primeiros dias da atual administração estão chegando ao fim e sem dar tempo de maiores realizações.

O senador considerou que os dois fatos marcantes deste início de terceiro milênio foram o belicismo do presidente norte-americano, George W. Bush, “dramático e cruel”, e a vitória eleitoral de Lula. “Foi uma revolução social sem luta, uma das maiores mudanças vividas por um país dentro dos trâmites legais e democráticos”, exaltou.

Ressaltando a importância histórica da vitória de Lula, “o único caso de que se tem notícia de um partido que se origina dos trabalhadores e chega à Presidência da República”, Simon exortou a sociedade brasileira a dar voto de confiança ao novo governo.

Mesquita quer aumento de 14% para servidor

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) lançou um desafio ao presidente Lula: conceder aumento de 14% ao funcionalismo público, incorporando imediatamente 4% deste aumento aos salários dos servidores e, com os 10% restantes, criar um fundo de desenvolvimento para financiar projetos de habitação popular. O parlamentar quer também que Lula inicie um grande debate com os representantes dos servidores.

— É a oportunidade de resgatar a auto-estima do servidor público, massacrado por oito anos sem um centavo de reajuste — disse ele.

Mesquita garante que a maioria dos servidores públicos acredita



Para Mesquita, funcionalismo deverá colaborar com governo

no presidente da República e está disposta a colaborar para que o governo transforme o Brasil em um país mais justo, mais fraterno e com justiça social.

O senador apelou ainda ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que seja nomeado o procurador-geral da Fazenda Nacional, cargo que está vago desde o início do governo. “O ministro da Fazenda não se dignou a nomear o titular da Procuradoria, um cargo fundamental, que tem as atribuições de inscrever e cobrar a dívida ativa da União, assessorar juridicamente o ministério, cuidar dos contratos com estados e municípios e dos

acordos internacionais”, observou.

O parlamentar defende a indicação de um procurador de carreira para a chefia da Procuradoria Geral. “O corpo de profissionais, de altíssimo nível, está ansioso para contribuir com o esforço de correção dos rumos da administração pública”, afirmou.

Ele elogiou também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela escolha do tema da defesa dos idosos para a Campanha da Fraternidade de 2003.

Mesquita denunciou o rompimento unilateral de contrato pela Universo Online (UOL) com 250 pequenos provedores da Internet em todo o Brasil. “É um caso inaceitável de abuso do poder econômico, que vai levar ao desemprego centenas de pessoas.”

Parceiros comerciais

Os Estados Unidos são o maior comprador de produtos brasileiros no mundo. Em 2002 eles importaram o equivalente a US\$ 15,3 bilhões. Veja abaixo os principais parceiros comerciais do Brasil e quanto eles importaram no ano passado (em US\$ bilhões):

	EUA	15,3
	Holanda	3,2
	Alemanha	2,5
	China	2,5
	México	2,3
	Argentina	2,3
	Japão	2,1

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex)

Mercadante debate comércio bilateral com secretário dos EUA

A agenda bilateral de comércio entre o Brasil e os Estados Unidos foi o tema de encontro do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com o secretário-adjunto de Comércio dos Estados Unidos, William



Mercadante (D) recebe o secretário-adjunto de Comércio dos Estados Unidos, William Lash III

Lash III. Enquanto este manifestou o interesse norte-americano em um combate mais eficiente à pirataria nas áreas de CDs e de programas de computador, o senador observou que o Brasil quer ver reduzidas as barreiras comerciais impostas pelos americanos a produtos como álcool, açúcar, suco de laranja, têxteis e aço.

Lash não quis comentar se o possível conflito entre os Estados Unidos e o Iraque e suas prováveis repercussões sobre a economia brasileira foram tratados durante o encontro. Mas Mercadante informou ter deixado claro ao secretário norte-americano que a posição brasileira é em defesa da paz mundial. Segundo o senador, a guerra não interessa ao Brasil, já que existem ainda saídas diplomáticas.

O líder do governo disse, após receber Lash em seu gabinete, que o comércio bilateral poderia alcançar US\$ 100 bilhões anuais em um período de dez anos. O atual patamar de US\$ 30 bilhões foi apontado por Mercadante como muito limitado em relação à potencialidade das trocas entre os dois países. Para tanto, ele considera fundamental a redu-

ção das barreiras tarifárias impostas pelos EUA aos produtos brasileiros de maior competitividade naquele mercado. O senador afirmou ainda que manifestou a Lash a preocupação do Brasil com os CDs piratas, independentemente do interesse norte-americano. “São cerca de 100 milhões de cópias que deixam de pagar impostos e direitos autorais aos músicos brasileiros”, quantificou.

ALCA

Os assuntos discutidos na reunião fazem parte de uma agenda que inclui as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Lash fez questão de esclarecer que não houve nenhum objetivo de prejudicar os países do Mercosul na proposta apresentada no último dia 15, de liberalização tarifária no âmbito da Alca.

O tratamento tarifário oferecido ao Mercosul foi menos vantajoso que o proposto para outros blocos americanos, que envolvem países do Caribe, América Central e os signatários do Pacto Andino. O secretário disse que foi uma proposta inicial dentro de um processo de negociação “contínuo”.